Peça – Problema

Norberto da Silva, pessoa desprovida de qualquer bem material, adquiriu de terceiro, há nove anos e meio, posse de terreno medindo 240 m² em área urbana, onde construiu moradia simples para sua família. O terreno está situado na Rua Cardoso Soares nº 42, no bairro de Lírios, na cidade de Condonópolis, no Estado de Tocantins. São vizinhos do lado direito Carlos, do esquerdo Ezequiel e dos fundos, Edgar. A posse é exercida initerruptamente, de forma mansa e pacífica, sem qualquer oposição.

No último ano o bairro passou por acelerado processo de valorização devido à construção de suntuosos projetos imobiliários. Em razão disso, Norberto tem sido constantemente sondado a se retirar do Local, recebendo ofertas de valor insignificante, já que as construtoras alegam que o terreno sequer pertence a ele, pois está registrado em nome de Cândido Gonçalves.

Norberto não tem qualquer interesse em aceitar tais ofertas; ao contrário, com setenta e dois anos de idade, viúvo e acostumado com a vida na localidade, demonstra desejo de lá permanecer com seus filhos.

Por não haver qualquer documentação oficial que lhe resguarde o direito de propriedade do imóvel, Norberto procura um advogado a fim que seja intentada uma medida judicial. Elabora a peça processual cabível in caso, indicando os seus requisitos e fundamentos nos termos da legislação vigente.

EXCELENTISSÍMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ... VARA CIVIL DA COMARCA DE CONDONOPOLIS DO ESTADO DE TOCANTINS.

NORBERTO DA SILVA, nacionalidade..., estado civil..., profissão..., portador do registro geral número..., inscrito no cadastro de pessoa física número..., domiciliado..., residente à Rua..., número..., bairro..., por intermédio de seu advogado, procuração anexa, com escritório profissional situado à Rua..., número..., bairro..., onde recebe intimações, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, propor

AÇÃO DE USUCAPIÃO ESPECIAL URBANO

Com fundamento no artigo 183 da CRFB/88, e art. 1.240 Código Civil, em face de CÂNDIDO GONÇALVES, nacionalidade..., estado civil..., profissão..., portador do registro geral número..., inscrito no cadastro de pessoa física número..., domiciliado..., residente à Rua..., número..., bairro...; CARLOS, nacionalidade..., estado civil..., profissão..., portador do registro geral número..., inscrito no cadastro de pessoa física número..., domiciliado..., residente à Rua..., número..., bairro...; EZEQUIEL, nacionalidade..., estado civil..., profissão..., portador do registro geral número..., inscrito no cadastro de pessoa física número..., domiciliado..., residente à Rua..., número..., bairro...; EDGAR, nacionalidade..., estado civil..., profissão..., portador do registro geral número..., inscrito no cadastro de pessoa física número..., domiciliado..., residente à Rua..., número..., bairro...;pelos motivos que passa a expor e ao final requerer.

DOS FATOS

O autor alega que é desprovido de qualquer bem material, adquiriu de terceiro, a nove anos e meio, posse urbana, onde construiu moradia simples para sua família em terreno de 240m². Ressaltando que a posse é exercida de forma ininterrupta, mansa sem oposição alguma.

No último ano o bairro, passou por processo de valorização, razão pelo qual o interesse de construtoras, recebendo ofertas de valor ínfimo, por não ter registro do imóvel. Não tendo o autor interesse na venda, e necessitando permanecer no local, onde reside atualmente.

DOS DIREITOS

Conforme artigo 183 da CRFB/88, e art. 1.240 Código Civil, é licito ao autor propor ação de usucapião urbano especial, por estar enquadrado nos requisitos que tipificam a situação do autor, e o legitimam a requerer a propriedade do imóvel onde atualmente reside.

Competindo a ele ainda a legitimidade de propositura da ação, conforme artigo 941 do Código de Processo Civil, lhe sendo assegurado ainda a tramitação do processo de forma mais célere conforme dispõe o art. 71 da Lei 10.741 , conhecida como Estatuto do Idoso.

DOS PEDIDOS

Diante dos fatos e fundamentos mencionados, requer:

1. Prioridade na tramitação conforme art. 71 do Estatuto do Idoso;
2. Notificação do proprietário para ciência do ato constitutivo;
3. Intimação do Ministério Público;
4. Intimação da Fazenda Pública;
5. Intimação dos confinantes;
6. Gratuidade da Justiça, conforme Lei 1.060/50;
7. Condenação aos honorários advocatícios e custas processuais.

Valor da Causa R$ ...

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Local, Data ... / ... / ...

ADVOGADO...

OAB...